

# **ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO EMPREENDEDOR, NO BRASIL**

## **SPECIFICITIES OF BRAZILIAN SOCIAL FORMATION AND THEIR IMPLICATIONS FOR DEVELOPMENT OF ENTREPRENEURSHIP, IN BRAZIL**

Cíntia R. Möller de Araujo\*

### **Resumo**

Neste artigo empreendemos uma tentativa de refletir sobre algumas das características e contradições atinentes à sociedade brasileira, ao longo da sua evolução, e de que maneira elas repercutiram, impactando a construção de um ambiente favorável (ou não) ao desenvolvimento do espírito empreendedor, no Brasil. É notório que determinadas instituições e ideais sócio-políticos - forjados no decorrer do processo de edificação da sociedade brasileira - foram fortemente influenciados por um conjunto de princípios, valores, crenças, convicções, etc, professados pelos grupos sociais que aqui conviviam, desde o início de nossa história. Como desdobramentos destas orientações, ressaltam-se algumas de cunho negativo, tais como: a relativa frouxidão das nossas instituições, a vacilante coesão da nossa sociedade, a nossa histórica insensibilidade para com a desigualdade social, tanto quanto nossa conhecida repulsa pelo trabalho braçal/manual, dentre outros traços. Conseqüentemente, e ainda que nossa investigação não nos autorize a conclusões generalizadoras, ela evidencia nossas singularidades em face de outros países/povos e serve de alerta para que evitemos a tentação de proceder a análises e diagnósticos superficiais do fenômeno do empreendedorismo, os quais, frequentemente, incorporam elementos e teorias estranhos a nossa realidade.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Desigualdades Sociais. Interesses Privados. Parcialidade do Estado. Contradições.

### **Abstract**

This paper expresses an attempt to reflect upon the features and contradictions relating to Brazilian society, throughout its evolution, and their implications for development of entrepreneurship, in Brazil. It is known that certain socio-political institutions and ideals – present in the process of building up the Brazilian society - were strongly influenced by a set of principles, values, beliefs, convictions, etc, related to the first social groups established in the country, since the beginning of our history. As developments of these guidelines, one could highlight some such as: the relative laxity of our institutions, the faltering cohesion of our society, our historic insensitivity to social inequality, as far as our well known repulsion towards manual work, among others. Consequently, and although our investigation does not allow us to generalize some conclusions, it

---

\* Professora Adjunta da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: [cintiamolleraraujo@terra.com.br](mailto:cintiamolleraraujo@terra.com.br)

highlights our singularities in face of other countries/peoples and alert us to avoid the temptation to carry out analyses and superficial diagnoses of the phenomenon of entrepreneurship, which often incorporate foreign elements and theories that do not cope with Brazilian reality.

**Keywords:** Entrepreneurship. Social inequalities. Private interests. Partiality of the State. Contradictions.

## **Introdução**

Neste artigo empreendemos uma tentativa de refletir sobre algumas das características e contradições atinentes à sociedade brasileira, ao longo da sua evolução, e de que maneira elas repercutiram, impactando a construção de um ambiente favorável (ou não) ao desenvolvimento do espírito empreendedor, no Brasil<sup>1</sup>.

Primeiramente, assumimos como premissa que determinadas instituições e ideais sócio-políticos - forjados no decorrer do processo de edificação da sociedade brasileira - foram fortemente influenciados por um conjunto de princípios, valores, crenças, convicções, dentre outros professados pelos grupos sociais que aqui conviviam. Posto isso, partimos para o exame das reflexões produzidas por renomados estudiosos da formação social brasileira, buscando iluminar certos comportamentos, hábitos, usos e costumes observados no âmbito da sociedade brasileira, com o fim de melhor dimensionar as eventuais implicações destes, no tocante à disseminação de uma filosofia empreendedora.

Iniciamos nossas pesquisas pela releitura de alguns livros e estudos que consideramos chaves para conhecer as teorias explicativas do Brasil. Para tanto, selecionamo, obras de alguns dos mais destacados intérpretes e pensadores brasileiros,

---

<sup>1</sup>Buarque de Holanda (1995), em sua obra "Raízes do Brasil", chama atenção para alguns paradoxos da sociedade brasileira, sendo necessário, no entanto, fazermos uma seleção de seus relatos, em face da profusão de exemplos por ele elencados. Assim, veremos nos comentários transcritos a seguir, à convivência de normas burocráticas com tendências caudilhistas. Antes disso, todavia, cabe destacar a evidente oposição entre os mencionados termos, uma vez que, burocracia alude a um sistema de execução da atividade pública, por meio de um corpo de funcionários com cargos bem definidos, sendo que estes funcionários são selecionados e treinados, segundo qualificações técnicas e profissionais, e exercem suas atividades pautando-se por regulamentos fixos, rotinas e hierarquia bem definidos, com linhas de autoridade e responsabilidade bem demarcadas. Já a segunda terminologia – caudilhismo – refere-se ao método de governar que pressupõe submissão a uma autoridade, que geralmente é uma liderança carismática (vinculada, com frequência, a setores tradicionais da sociedade), a qual exercer seu poder de mando nos moldes ditatoriais. "Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado Burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos" (WEBER *apud* HOLANDA, 1995, p. 146).

com o fito de melhor entender, via suas reflexões, as peculiaridades, os dilemas e as contradições identificados ao longo da constituição daquilo que Jessé Souza (2006, p. 102) denomina de *Nation Building* brasileira, analisando também suas repercussões no que tange ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora brasileira<sup>2</sup>.

Com esta perspectiva, escolhemos obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *História Econômica do Brasil e Evolução Política do Brasil*, ambas de Caio Prado Junior, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sylvia Carvalho Franco, *Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *A Construção Social da Subcidadania, A ralé brasileira: quem é e como vive, A invisibilidade da desigualdade brasileira*, ambas de Jessé Souza, *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, *A casa e a rua e O que faz o Brasil, Brasil*, de Roberto DaMatta. Ademais, acresce mencionar a leitura de trabalhos de outros historiadores, a saber, Guilherme Mota e Adriana Lopez, autores de *História do Brasil: uma interpretação*, bem como de Isabel Lustosa, a qual escreveu *D. Pedro I: um Herói Sem Nenhum Caráter*, tanto quanto de Evaldo Cabral de Mello, com sua obra *O nome e o sangue*, além de diversas obras escritas por vários autores, que se detiveram a observar a sociedade brasileira, como Koster (1978), Karasch (2000) e Luccok (1942), bem como outros, tal qual Wilcken (2005), sem contar obviamente, notáveis como Machado de Assis (1996).

Desnecessário mencionar que também nos debruçamos sobre alguns textos que tratam da temática do empreendedorismo, os quais se encontram listados nas referências bibliográficas, ao final deste artigo.

A hipótese que norteou este estudo é a de que a construção de uma teoria empreendedora, a qual almeje dar conta da realidade brasileira, vai requerer que se atente cuidadosamente, para as peculiaridades da nossa formação social, sob pena de produzirmos análises superficiais sobre o tema do empreendedorismo, no Brasil. De fato, tememos que muitos estudos e diagnósticos que possam estar sendo elaborados sobre o contexto brasileiro, no âmbito do empreendedorismo, contenham imprecisões, caso não estejam sendo considerados nossos dilemas e características únicas, as quais nos diferenciam, em relação a outros países, sobretudo, os de origem anglo-saxã.

---

<sup>2</sup> Para maiores informações, sugere-se a leitura de “A construção social da subcidadania” de Jessé Souza.

## **1 Formação sócio-político-econômica brasileira: especificidade e dilemas**

Assim, em *Raízes do Brasil* deparamo-nos com um ensaio histórico que examina os principais aspectos relativos à evolução da sociedade brasileira, com destaque para as contribuições do colonizador português. A partir deste enfoque, e para fins de nosso artigo, chamaram nossa atenção as considerações referentes às características nucleares da referida sociedade que influenciaram e determinaram as dinâmicas dos arranjos entre os variados sujeitos a ela vinculados, assim como suas dissonâncias e seus antagonismos. Com efeito, examinando as diversas ponderações formuladas por Buarque de Holanda (1995), atraíram nossa curiosidade, em especial, suas análises relativas à predominante primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva, a qual, no entender deste estudioso, está associada, dentre outros traços, à prevalência de uma ética de fundo emotivo sobre uma concepção racional, presente já nas origens da constituição do país.

Na sequência, o referido autor aborda algumas “aptidões” e valores centrais que inspiraram a configuração da vida social brasileira, tais quais nossa grande dificuldade para separar o espaço público do espaço privado e para lidar com a despersonalização democrática, bem como o culto ao exibicionismo e à improvisação, tanto quanto a reverência ao personalismo, sendo conveniente nuançar, especialmente em se tratando deste último traço – personalismo –, que o mesmo foi um dos elementos basilares que impulsionaram fortemente, a constituição do sistema oligárquico.

No tocante à cultura da personalidade, este tema se constituiu igualmente, em alvo das considerações de Carvalho Franco (1997). A aludida estudiosa menciona a ocorrência de fortes conexões entre o sistema de dominação pessoal e a apropriação privada do aparelho governamental, o qual, segundo ela observa, foi utilizado com assiduidade, pelas elites brasileiras, em proveito próprio. Na verdade, Franco (1997) confere especial destaque à inexistência de uma demarcação nítida entre as esferas públicas e privadas. Com efeito, em face tênue delimitação entre estes domínios (públicos e privados), observa-se que determinados grupos sociais alcançaram frequentemente, submeter o aparelho estatal, a sua extensa influência, como se o mesmo fosse propriedade sua, ocasionando, em muitas circunstâncias, a evidente deturpação de suas finalidades precípua e originais.

Para ilustrar o argumento acima, a autora salienta, com base na leitura das Atas da Câmara Municipal de Guaratinguetá, que as múltiplas orientações e decisões

registradas nestes documentos, contemplavam os interesses dos grupos sociais aos quais pertenciam os funcionários públicos tomadores da decisão, ao invés de considerar as demandas da coletividade e as obrigações que deveriam ser assumidas pelo governo (FRANCO, 1997, p. 122). Ademais, a análise que Carvalho Franco (1997) empreende destes e de outros documentos também lhe permite concluir, “através da atitude e do comportamento do pessoal que integrava os quadros municipais, quão pouco efetivamente se procedia por meio desses regulamentos”. Na verdade, a partir da constatação da omissão ou do extravio de diversos arquivos, bem como da perda de registros de atos do legislativo, restava claro que os agentes municipais não se regiam, de fato, pelos regulamentos ou protocolos, sendo preponderante, de fato, aquilo que estava fixado costumeiramente (FRANCO, 1997, p. 123)<sup>3</sup>.

Este descompromisso das classes dirigentes para com as aspirações e demandas da coletividade emerge novamente, nos comentários de Darcy Ribeiro (1995, p. 179) atinentes não só ao período colonial brasileiro, mas referentes também a vários períodos (posteriores) da nossa trajetória enquanto nação, chegando até as raias da atualidade. De certo, desde a época do Brasil Colônia, era expresso, na ótica do aludido estudioso, que o objetivo da classe dominante “jamais foi criar um povo autônomo”, contribuindo, ao contrário, para que o mesmo permanecesse tal qual um contingente de marginalizados, miseráveis e ignorantes, como podemos constatar no fragmento a seguir.

Uma classe dominante de caráter consular-gerencial, socialmente irresponsável, frente a um povo-massa, tratado como escravaria, que produz o que não consome e só se exerce culturalmente como uma marginalia, fora da civilização letrada em que está imersa. (RIBEIRO, 1995, p. 179)

Em linha com esta percepção, e ao longo de sua obra *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro elabora uma crítica contundente da realidade brasileira atual, salientando que “A distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos”. Prossegue sua narrativa destacando que, após alguns séculos, tais distâncias sofreram diminutas reduções, concluindo, ao final, que o contingente dos despossuídos, no Brasil, constitui-se no componente majoritário do referido sistema social. Neste particular, e

---

<sup>3</sup> Relativamente às Câmaras Municipais, Lopez e Mota (2008, p. 238) mencionam que os primeiros donatários trouxeram para o Brasil uma instituição política típica de Portugal, a saber: o Governo Municipal, no seio do qual funcionavam as referidas câmaras. Estes órgãos eram compostos por vereadores, juízes ordinários (sem instrução formal em direito) e procuradores. Havia também oficiais – escrivão, tesoureiro, inspetores de mercado, alferes, carcereiro, etc - que auxiliavam nos demais trabalhos. Algumas câmaras também tinham um representante dos trabalhadores, eleito pelo respectivo grêmio ou corporação.

como veremos a seguir, o referido sistema social se notabilizou, em sua opinião, por sua capacidade de perpetuar um genuíno retrato da desigualdade, forjado desde o nascedouro da sociedade brasileira.

[as distâncias abismais e o caráter intencional do processo formativo] condicionaram a camada 'senhorial' para encarar o povo como mera força de trabalho, destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer as energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão de obra gasta. (RIBEIRO, 1995, p. 208).

Assim, na ótica deste renomado estudioso, e em face de tal cenário, não é fortuito que as relações entre as classes, sobretudo entre aqueles componentes que estão no topo da pirâmide e aqueles que estão na base, se distingam, ainda na atualidade, por continuarem impregnadas pelos mesmos valores que presidiram a nossa fundação enquanto nação. Em outras palavras, isto sinaliza o quanto tais relações ainda carregam uma forte carga de descaso e hostilidade, em especial, no campo das relações de trabalho (RIBEIRO, 1995, p. 212).

No que diz respeito às Câmaras Municipais, comentadas anteriormente, muitas delas se formaram já nos primórdios da colônia, e segundo Prado Jr (1983, p. 30-31), revelaram-se organismos de especial importância, mormente no primeiro século e meio do descobrimento. Eram dominadas quase que exclusivamente pelos proprietários rurais - os quais as utilizavam como instrumento para exercer seu poder e valer seus interesses -, e frequentemente, tinham um raio de ação bastante ampliado (em regra, muito maior do que estabelecido por lei), dispendo sobre salários, comércio, indústria, preços de mercadorias, curso e valor das moedas, admissão ou recusa de tributos reais, criação de povoações, etc, além de decidir a respeito de matérias atinentes à administração pública em geral. Na perspectiva deste estudioso, as Câmaras Municipais eram “a verdadeira e quase única administração da colônia”, o que significa o mesmo que dizer que elas se constituíram, sobretudo nos séculos XVI e XVII, no centro do sistema político<sup>4</sup>.

Convém anotar ainda, que ao longo do século XVIII, assiste-se a um movimento de reafirmação da autoridade política da metrópole sobre a colônia, e assim, as próprias Câmaras Municipais experimentaram um declínio da sua autoridade, juntamente com a perda de relevância das administrações municipais. Esta transferência de prestígio se dá

---

<sup>4</sup> Obviamente, esta configuração de poder - que concentrava a autoridade nas mãos dos latifundiários - sofreu alterações, na medida em que a burguesia comercial começou a ascender, e passou a exigir maior participação nos círculos de poder, evidenciando que se processavam modificações de porte no cenário político do país.

em favor dos governadores e demais funcionários reais, que começaram a ascender em termos de importância. Em suma, e parafraseando Prado Jr (1983, p. 44), a transformação acima referida resulta da maior penetração econômica da metrópole na colônia brasileira, movimento este que tem repercussões no terreno político, na medida em que se consolida a subordinação do Brasil à Portugal. Assim, neste contexto, iremos assistir a um deslocamento paulatino de “autoridade das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da Coroa portuguesa”, o qual expressa a evidente perda gradual da autonomia local colonial.

Tal quadro, no entanto, volta a sofrer transformações quando da chegada, em 1808, da Corte Portuguesa no Brasil. Este acontecimento faz do Brasil, ainda que momentaneamente, sede da monarquia portuguesa, resgatando-se as bases da antiga autonomia colonial. Verifica-se, a partir daí, um movimento paradoxal, visto que o Brasil, mesmo não sendo uma nação autônoma, tampouco podia ser qualificado como uma colônia propriamente.

No campo das relações pessoais, Buarque de Holanda (1995) também pondera sobre a tendência, evidente na sociedade brasileira, de se buscar investir na construção de “laços de simpatia”. De certo, esse processo tem como finalidade enquadrar os diversos relacionamentos num modelo pessoal e afetivo, com vistas a “alargar” o terreno da intimidade, e assim, alcançar dilatar o círculo familiar. Esses arranjos de solidariedade se fundam, no dizer de Holanda (1995), em “vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe (da família), os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte”. À luz destas reflexões, resta óbvio que a coesão entre os indivíduos, muito raramente obedeceu a uma motivação racional e técnica, como por exemplo, a um ideário, sendo mais comum que essa associação se fizesse influenciada por sentimentos ou vínculos familiares e de amizade, por vezes, “demasiado estreitos e não raro opressivos” (HOLANDA, p. 144).

Esta instituição – **a solidariedade** – é abordada também por outros autores, tais como Antonio Cândido (2003) e Darcy Ribeiro (1995), os quais buscaram, igualmente, analisar o processo de formação da sociedade brasileira. Na perspectiva de ambos, prevalece - dentre outros aspectos específicos a cada uma delas - o entendimento de que o motor inspirador da somatória de esforços conjuntos, geralmente era influenciado pelas já mencionadas razões de fundo emotivo e raramente por qualquer modalidade de raciocínio objetivo, de doutrina ou programa de ação que visasse ao coletivo. Da mesma forma, em Ribeiro (1995, p. 81-100), por exemplo, identificamos a menção ao

*cunhadismo*, o qual, como visto no trecho reproduzido a seguir, possibilitava “incorporar estranhos à sua comunidade”.

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos a sua comunidade. [...] Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. (RIBEIRO, 1995, p. 81).

De fato, por intermédio deste arranjo - que envolvia a concessão de uma moça indígena, como esposa, a um estranho, o qual, ao assumi-la, era automaticamente incorporado “ao grupo” - visava-se ao estabelecimento de “laços de parentesco, permitindo-se que o aludido estranho viesse a adquirir uma “multidão de parentes”. Engana-se, no entanto, quem tente enxergar neste processo, a busca de integração dos milhares de índios à sociedade colonial. Na verdade, não se pretendia promover a incorporação da população indígena na qualidade de membro, mas de “bestas de carga”, para, segundo Ribeiro, “serem desgastados até a morte” (1995, p. 100).

Vale dizer ainda, que a estrutura fundamental da solidariedade, no seio da sociedade caipira, assume outras *nuances*, segundo visão expressa por Antonio Cândido (2001, p. 81). Neste contexto, solidariedade consistia “no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.” Buscava-se, pois, pela via da solidariedade tradicional de vizinhança, solucionar problemas de mão de obra nos grupos de vizinhança, para a consecução de determinado trabalho: derrubada, plantio, colheita, construção de casa, etc. Destaque-se também, que não há, nestes casos, nenhuma remuneração direta envolvida, existindo somente, “a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram” (2001, p. 88). Resumindo: revela-se, nestas situações, que a necessidade de ajuda, determinava a formação de uma ampla rede de relações de cooperação.

Ressalte-se igualmente, segundo as abordagens de Buarque de Holanda (1995) e de Carvalho Franco (1887), que no seio dos grupos de elite, os aludidos arranjos geraram desdobramentos, tais como: a consolidação de um “modelo de família ampliado”, baseado em relações de contraprestação, envolvendo deveres e obrigações, que ora se amortizam, ora se renovam. Cabe atentar também, que estes vínculos resultaram, com frequência, em poderosas redes, as quais, em última instância, possibilitaram o exercício bem sucedido do “tráfico de influências”.

Para Carvalho Franco (1997, p. 236), e relativamente a esta questão, é manifesto que a edificação de uma trama de relações - submetida a fortes controles, inspirada por sentimentos de gratidão e motivada por deveres de lealdade -, espelhava um poderoso sistema de dominação socioeconômica. Este sistema, por seu turno, concorria para subjugar a vontade do indivíduo ou grupo com status social inferior, reduzindo-o à inércia, e criando conseqüentemente, as condições adequadas para que se processasse e consolidasse o exercício do poder personalizado e autoritário. Como resultado final, observa-se que esta situação favorecia francamente, com já mencionamos, a sedimentação de um cenário em que: a) “[...] o Estado é posto, sem rodeios, a servir os grupos dominantes” (FRANCO, 1997, p. 149); b) a vida privada prolongava-se para dentro da vida pública; c) o patrimônio estatal frequentemente se misturava com a propriedade privada; c) a autoridade oficial e a influência pessoal muito comumente se “embaralhavam”.

No que tange as suas considerações a respeito do padrão patriarcal, predominante no seio da sociedade brasileira, Gilberto Freyre (1943) chamou a atenção, por exemplo, para o fato de que o sistema patriarcal que aqui se instalou possuía várias facetas. Assim, tanto na política como na cultura, a sociedade brasileira colonial estava fundamentada no particularismo da família patriarcal, na qual, no âmbito da elite, observava-se, com certa frequência, uma mescla bastante original de comportamentos. De fato, no interior da típica família patriarcal, identificavam-se desde comportamentos dos mais conservadores, até alguns tidos como “liberais”. Neste contexto, chegava-se até mesmo a aceitar a existência de relações de promiscuidade entre o senhor de engenho e suas escravas, que resultavam muitas vezes, em filhos ilegítimos, que não raramente eram criados juntos com a prole legítima.

Este cenário ambivalente, que atesta a natureza contraditória da instituição familiar brasileira, nos remete igualmente, a um relato de Holanda (1995, p. 82), o qual também desvela o caráter “ilimitado” do pátrio poder, naqueles contexto e época. Assim, e com o intuito de evidenciar que o poder detido pelos pais sobre o destino de seus filhos, em certas circunstâncias, desconhecia obstáculos ou freios para sua atuação, o autor reproduz a estória sobre um determinado membro da elite, denominado Bernardo Vieira de Melo, que ao suspeitar que a nora cometera adultério, condenou-a a morte em conselho de família, mandando executar a sentença, sem ao menos consultar os órgãos estatais competentes para deliberar sobre esta questão.

O acontecimento acima revelado, tanto quanto outros de natureza assemelhada, estão, provavelmente, na base da inspiração para a reflexão de Buarque de Holanda (1995), contida em “Raízes do Brasil”, que ressalta o caráter comprometido, frágil e muitas vezes “de fachada”, de algumas leis, as quais não chegam a sair do papel ou são solenemente ignoradas, sobretudo pelas elites. Tal visão emerge e se confirma a partir da leitura de sua obra, da qual extraímos o trecho a seguir, bastante ilustrativo: “As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul” (1995, p. 182).

De fato, para DaMatta, no Brasil, prevalece um sistema relacional que oscila entre a noção de indivíduo e a noção de pessoa. Por esta perspectiva, o “indivíduo”, pode ser equiparado a uma espécie de “despossuído”, um agente que não tem acesso a um “capital social de relações pessoais”. Já a noção de “pessoa” vai expressar o paradigma do personalismo, o qual não se limitou, de acordo com Souza (2006, p. 15; 2009, p. 117), ao ambiente das relações diretas entre o senhor e o escravo, penetrando profundamente nas instituições e na forma de pensar a vida social e política brasileira, deixando suas marcas em todas as outras relações sociais, bem como nas distintas dimensões (política, econômica, etc)<sup>5</sup>. Em decorrência disso, resta evidente que a busca por se diferenciar, por se tornar “pessoa” está associada à tentativa – empreendida, sobretudo, pelas elites - de se distanciar do processo de padronização impessoal, que alcança a todos, desconsiderando inclusive, aqueles que dispõem de “capital social advindo das relações pessoais”. Na verdade, no âmbito do referido sistema relacional, o capital social é o veículo que possibilita à “pessoa”, transferir as relações da casa (lugar do particular, da pessoalidade e do emotivo) para a rua, buscando evitar a não prevalência, nesta última, isto é, na rua, das relações impessoais e da predominância da lei. Desta forma, faculta-se a alguns (mais privilegiados) posicionarem-se acima e além das leis e normas prevaletentes. Em suma, e considerando as reflexões de Souza (2009, p. 117; 2006 p. 15), a noção de indivíduo é irmã gêmea da “rua”, assim como a noção

---

<sup>5</sup> Cabe aqui, uma pequena digressão para ponderar sobre um dos muitos desdobramentos da presença da instituição da escravidão africana entre nós, a qual concorreu para bloquear a constituição de uma autêntica sociedade de classes. Deste modo, sobressaiam-se claramente dois grandes grupos: proprietários latifundiários de um lado, e de outro, a numerosa massa escrava (sendo notório que este último grupo era despojado de todo e qualquer direito), havendo, entretanto, um terceiro grupo constituído de homens pobres e livres, que viviam à margem do sistema. Neste ambiente de forte desequilíbrio, os latifundiários ocupavam a posição de protagonistas, detinham enorme poder e dificilmente aceitavam qualquer freio ou obstrução às suas demandas.

de pessoa é irmã gêmea da “casa”, sendo que a segunda, no Brasil, tem, em regra e historicamente, precedência sobre a primeira.

De fato, e conforme observamos, a maioria dos autores aqui mencionados percebe a evolução da sociedade brasileira orientada desde seu início, no sentido de prestigiar prioritariamente, as aspirações e interesses das elites, em oposição às demandas da grande maioria dos cidadãos, destacando adicionalmente, a notória e frequente falta de compromisso das referidas lideranças em construir caminhos ou opções que sinalizem com a promoção da redução das desigualdades. Por conta disso, as estruturas mentais de alguns destes grupos melhor posicionados na escala social ainda resiste, mesmo atualmente, à filosofia que prega a supremacia das leis universais, as quais reconhecem, acima de tudo, o triunfo da vontade geral sobre a do particular.

Em se tratando do debate sobre a desigualdade, Jesse Souza (2006, p. 9) também denuncia com manifesta maestria, a forma distorcida, fragmentada e lacunar com que esta temática tem sido abordada no Brasil, salientando que as discussões raramente apontam para as causas e razões, privilegiando frequentemente, as “pontas dos icebergs”, ou seja, os aspectos mais visíveis, tais como os efeitos e as consequências. Para ele, essa forma míope de percepção contribuiu para a generalização de uma visão acrítica da dimensão da desigualdade brasileira, visão esta que vem fomentando aquilo que Souza (2006, p. 9) denomina de “políticas simbólicas sem qualquer efeito real”, as quais vêm “condenando 1/3 da população à subcidadania e a uma vida que não merece esse nome”.

Ademais, o referido estudioso chama a atenção para o processo de “naturalização” da desigualdade - observado ao longo de nossa trajetória e, ainda persistente no Brasil contemporâneo -, salientando a existência de mecanismos pouco transparentes, que legitimam uma concepção do valor diferencial entre os seres humanos. Na verdade, aos olhos de Souza (2006, p. 179), a desigualdade periférica é decorrência de uma ideologia construída com base em formas “impessoais, opacas e intransparentes”, a qual logra travestir de universal, objetivo e neutro o que é particular. Desta maneira, e a partir de redes invisíveis de crenças compartilhadas acerca do valor relativo de indivíduos e grupos, que reforçam dentre outros aspectos, as relações de dependência, alcança-se justificar o acesso de alguns grupos sociais a uma gama de recursos escassos, enquanto outros permanecem marginalizados (nas dimensões existencial, econômica e política), articulando-se, de acordo com expressão utilizada por Souza (2006, p. 122), “nas franjas do sistema”. Tal argumento encontra-se resumido magistralmente, pelo autor, no

parágrafo a seguir, extraído da obra “A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica”.

Essa hierarquia valorativa [acerca do valor diferencial dos seres humanos] implícita e ancorada institucionalmente de forma invisível, enquanto tal, é que define quem é ou não ‘gente’, sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados e, por consequência, quem é ou não cidadão, na medida em que a eficácia da regra da igualdade, que constitui a noção de cidadania, precisa ser efetivamente internalizada e incorporada pré-reflexivamente. (SOUZA, 2006, p. 180).

## **2 A visão do trabalho: distorções e preconceitos**

Outra questão merecedora da nossa atenção, a qual tem, certamente, implicações na construção de um ambiente favorável (ou não) ao desenvolvimento do espírito empreendedor, diz respeito ao repúdio que se instaurou desde sempre entre nós, com relação ao princípio da hierarquia racional, do trabalho regular, da diligência infatigável, do esforço metódico e ordenador. Buarque de Holanda (1995) observa que estes traços estão vinculados geralmente aos trabalhos manuais, os quais são vistos, em regra, como pouco dignificantes, gozando de baixa reputação social. Neste particular, isto é, com referência ao preconceito existente desde os primórdios da constituição da sociedade brasileira relativo ao trabalho manual, tanto Freyre (1943) como Caio Prado Jr (1970) registram seus comentários, reforçando, sobretudo, que o baixo *status* das atividades manuais se contrapõe ao daquelas atividades tidas como “de espírito”. A esse respeito, atente-se para Freyre (1943), o qual chama a atenção para a existência até mesmo da terminologia “mourear” (originária de Portugal e transplantada também para o Brasil), a qual designa “trabalhar muito”, sugerindo adicionalmente, que a mesma carrega um forte sentido desdém. Além disso, esclarece que tal palavra está associada aos mouros, muitos dos quais foram reduzidos ao cativo, em face de terem sido aprisionados e submetidos à escravidão pelos portugueses, na época das guerras da conquista que assolaram Portugal<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Com relação à escravidão, de acordo com Caio Prado Jr (1983), a instituição servil já era largamente difundida na metrópole desde as guerras da conquista, no início do século XV. Por conta disso, os portugueses desde há muito estavam familiarizados com a escravidão, uma vez que, no decorrer das mencionadas guerras, os mouros, ao serem aprisionados eram transformados em cativos. Mais tarde, ao longo do sec. XV, com a conquista da África, os negros começaram a ser importados em grande escala, fazendo com que a escravidão crescesse e prosperasse no Reino de Portugal. Para maiores detalhes, pesquisar em “Evolução Política do Brasil” (1985, p. 25), de Caio Prado Júnior.

Cabral de Mello (2009) também aborda, indiretamente, o tema do trabalho e o papel que o mesmo ocupa na sociedade brasileira, focalizando em especial, o trabalho manual, conforme constatamos nos trechos reproduzidos a seguir, nos quais encontramos claras menções quanto aos preconceitos nutridos, desde há muito, contra aqueles que se dedicam aos ofícios manuais.

Ademais da distinção racial, o ‘defeito de sangue’, havia uma distinção de classe, o **‘defeito mecânico’**, ou seja, **o trabalho manual, reputado envilecedor**, exercido seja pelo próprio interessado, seja por seus ascendentes. (MELLO, 2009, p. 26).

A investigação destinava-se a determinar se o cavaleiro tinha o ‘defeito de sangue’, isto é, se descendia de mouro, judeu, preto ou índio, ou se incorria em **‘defeito mecânico’**, vale dizer, **se era filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual ou se vivera ele próprio desse mister**. (2009, p. 23).

Com referência a esta temática, o referido autor nos faz um relato de uma estória polêmica ocorrida nos idos do século XVII, em torno de quatro indivíduos (“os quatro cunhados”), os quais haviam ascendido à Ordem de Cristo, a despeito de suas origens “menos nobres”. Realmente, emergiam controvérsias e debates que contestavam essa ascensão, em face da trajetória ‘laboral’ dos ascendentes destes senhores, trajetória esta que os denegria, como podemos inferir, de acordo com os excertos abaixo destacados.

Os quatro cunhados [João Fernandes Silva, João da Rocha Mota, Domingos da Costa de Araújo e Miguel Correia Gomes] eram cavaleiros da Ordem de Cristo, embora procedessem das camadas mais humildes da população rural portuguesa, como se verificava, usualmente, com os mercadores reinóis [...]. (2009, p. 36).

O pai de João da Rocha Mota fora alfaiate e os avós tinha vivido “de seu trabalho”, entenda-se, de ofício manual. O pai de Miguel [Miguel Correia Gomes] também fora alfaiate e depois contratador do imposto do vinho do Porto, uma marcada promoção econômica, de vez que sua mãe, avó de Miguel, fora cabaneira, isto é, jornaleira assalariada do campo ou simplesmente mulher pobre que vivia em choupana. Em vista de tantas origens mecânicas, a Mesa da Consciência resistira quanto pôde ao arrivismo do quarteto. (2009, p. 36).

Da mesma forma, é relevante conhecer os relatos de Koster (1978) e de Wilcken (2004) sobre a visão cultivada, no Brasil, com respeito à atividade laboral (especialmente com relação ao trabalho braçal), sendo suficiente para tanto, a simples reprodução de alguns dos comentários de ambos autores, para percebermos o quanto a referida atividade laboral era, não só alvo de desprezo por parte da elite, bem como desconectada da idéia de regularidade, comprometimento e método. Assim, das

reflexões veiculadas por Wilcken (2004), a respeito do período colonial brasileiro, em sua obra, extraímos os trechos abaixo, que se referem ao período colonial Brasileiro:

O trabalho braçal era socialmente inaceitável para quem não era escravo e, de qualquer modo, estava quase indisponível. Os brancos pobres afundavam-se numa miséria terrível, subsistindo à margem da sociedade colonial. (2004, p. 209)

Os ricos desenvolveram um horror ao trabalho braçal. Essa era uma atitude que remontava aos primórdios da expansão colonial – ao sonho de viver do trabalho alheio, que havia instigado a migração de Portugal para outros pontos do império. Quando um colono chegava o Brasil no século XVI, de acordo com um contemporâneo, “adquiria dois pares de escravos, ou talvez meia dúzia [...] um escravo pescava. Outro caçava. Os demais aravam e cultivavam seus campos. (2004, p. 205).

Quanto a Koster (1978), atente-se a seguir, com relação a sua descrição referente ao funcionamento de um tribunal estabelecido em Salvador, a semelhança da “Casa de Suplicação de Lisboa”.

O número de funcionários – civis e militares – é enorme; inúmeros inspetores sem objeto a inspecionar, um sem-fim de coronéis sem regimentos para comandar, juízes para dirigir cada ramo da administração, por menor que seja, serviços que podem ser feitos por duas ou três pessoas [...] (1978, p. 54, grifos nossos).

Também são dignas de nota as observações da historiadora Isabel Lustosa, autora de “D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter”, sobre os conteúdos educativos a serem ministrados às filhas do Imperador do Brasil. Em determinado momento de seu livro, Lustosa (2006, p. 199) registra que a imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I, “querendo educá-las (as filhas) à moda européia, havia encomendado pequenos jogos de ferramentas para a jardinagem”. Todavia, e no dizer da responsável pela educação das filhas da imperatriz, tais instrumentos “havia sido mantidos escrupulosamente em desuso, porque [...] não ficava bem a princesas estarem revolvendo a terra suja como negros [...]”

No que se refere à atividade laboral, para Buarque de Holanda (1995), é igualmente perceptível, ao longo da trajetória da formação da sociedade brasileira, a existência de uma mal disfarçada discriminação para com trabalhos mecânicos e artesanais, sendo razoável pensar que provavelmente, a ocorrência da escravidão em nossas terras, contribuiu para exacerbar essa inclinação<sup>7</sup>. Neste particular, vale atentar,

---

<sup>7</sup> Com referência à escravidão, no Brasil, convém também sopesar as considerações de Carvalho Franco (1997), que ao refletir sobre a importância do regime escravo, ressalta que aquela instituição foi peça

segundo o aludido historiador, para a repulsa histórica dos ibéricos pelo trabalho regular e pelas atividades utilitárias, a qual, pelo que vimos, foi transplantada para o Brasil. De fato, segundo Buarque de Holanda (1995), apesar das visíveis mudanças processadas no decorrer dos tempos, no bojo destas sociedades (Brasileira e Portuguesa), em direção à apropriação de uma ética do trabalho assemelhada àquela preconizada pelos povos protestantes, ainda permanecem vivas e perseverantes, em contrapartida, sobretudo no Brasil, as resistências a esta concepção, sendo “lícito duvidar do êxito completo” quanto a tais alterações.

Em contrapartida, com referência ao trabalho mental, o mesmo sempre esteve associado, no Brasil, a contar de nossas origens, a certas qualidades de imaginação e de “inteligência”, sendo considerado como uma ocupação mais “digna” e própria das classes de elite. Não obstante, e de acordo com esta abordagem, vale ressaltar que a valorização do trabalho mental, neste contexto, não se faz acompanhar de um sentimento de enaltecimento do espírito prático e especulativo. Com efeito, o tipo de “inteligência” que se prestigia, na esfera desta visão, não está atrelado à função de instrumento de conhecimento e de ação, com o fito de transformar a realidade. Na verdade, nosso “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa; à expressão rara”, à retórica bacharelesca, desvelam, acima de tudo, a preocupação em exibir um “saber de fachada”, transmitindo igualmente, e com fidelidade, segundo bem expõe Buarque de Holanda (1995, p. 83), o fascínio que este ideal/modelo de inteligência exerce sobre nós, como elemento decorativo e “cosmético”, bem nos moldes do que ele denomina de “ornamento e prenda”.

Para bem ilustrar e conferir mais consistência ao seu discurso, o aludido autor relata, por exemplo, alguns acontecimentos como o relacionado a um determinado indivíduo, denominado Martim Francisco, que no início do século XIX, menciona com certo desdém, que muitos dos moradores da cidade de Itu, apesar de pertencerem à nobreza, dedicavam-se a “ofícios mecânicos” (HOLANDA, 1995, p. 58). Em outro trecho de sua obra, Buarque de Holanda (1995, p. 58) traz à luz o fato de que no Maranhão, nos idos de 1720, promove-se a anulação da eleição de um indivíduo para a Câmara Municipal, dado que ele fora, no passado, um vendedor de “sardinhas e berimbaus”, condição esta que o desqualificava para o exercício do referido cargo.

---

fundamental, sobretudo no limiar de nossa história econômica. Com efeito, o trabalho escravo funcionou como base para alavancar a exploração do açúcar, permitindo que se promovesse uma mudança de escala na produção do produto, através da mobilização de grandes contingentes de mão de obra adicional.

Com a finalidade de destacar o lugar do trabalho no imaginário brasileiro, remetemo-nos ao próprio Machado de Assis (1996), o qual menciona com rebuscada ironia, em seu célebre conto “O Medalhão”, a receita para se galgar uma melhor posição social. Assim, o referido autor, destaca primeiramente, a importância do “parecer ser”, em detrimento do “ser”. Realmente, ao valorizar o “parecer” acima do “ser”, sugere que para ascender nos campos social e profissionalmente sem grandes esforços, é recomendável que o postulante atente à utilização de frases feitas, locuções convencionais, maneirismos, dentre outros, que podem auxiliá-lo a passar uma imagem de pessoa culta e sábia. Ademais, se possível, recomenda aquele que está desejoso de ascender na escala social que abdique de ter ideias próprias, arroubos de criatividade e imaginação, bem como de grandes convicções, crenças e valores.

São igualmente ilustrativos alguns dos exemplos registrados por Franco (1997), a respeito do menosprezo pelo uso das mãos (i.e., pelos trabalhos manuais / braçais), no Brasil. De certo, nada mais revelador do que o relato do Barão do Paty, que reafirma ao seu filho que sua (do Barão) dedicação ao trabalho, visava a liberar sua prole dos obstáculos relativos à vida laboriosa, os quais se impunham a maior parte dos nossos agricultores.

Além disso, atraem nossa atenção, narrativas de outro personagem, um inglês denominado Luccock (1951, p. 73), oriundo de Yorkshire, que vive uma temporada em terras brasileiras, nos tempos coloniais. Ele observa, por exemplo, que toda a casa que se prezasse era provida por pelo menos um escravo. Adicionalmente, revela o quanto era natural, mesmo para as pessoas comuns, ditas “do povo”, sobretudo artesãos livres, alugarem um escravo “para que lhe carregasse o martelo, a talhadeira e outra ferramenta pequena, quando transitava na rua”. Ao longo de seus relatos, Luccok (1951) descreve um acontecimento curioso, referente à contratação que ele empreende de um carpinteiro, com o fito de que o mesmo fizesse pequena obra em sua casa. Todavia, e após acertado o trabalho, tanto quanto o preço, tal trabalhador, faz questão de alugar “algum preto”, para que este pudesse levar suas ferramentas até o local onde ele iria trabalhar, ainda que as referidas ferramentas fossem leves e ele próprio as pudesse carregar, sem o menor problema. Luccok (1951) acresce que, ao questionar o referido carpinteiro do porquê de sua atitude, ele, carpinteiro, esclarece, sem a menor cerimônia, que seria descabido carregar ele mesmo suas ferramentas, visto que tal trabalho braçal poderia ser desempenhado por um escravo.

Outros autores que também estiveram no Brasil durante o século XIX, tais como os prussianos Leithold e Rango (1966), relatam que era raro, por exemplo, ver uma senhora sair à rua, sem que a mesma estivesse acompanhada, em regra, por pelo menos um escravo, como prova de ostentação<sup>8</sup>.

Na sequência, e para realçar o baixo status de que gozava a atividade laboral (mais precisamente, os trabalhos braçais/manuais), remetemo-nos a outras considerações de Carvalho Franco (1997), os quais descrevem a percepção das primeiras levas de portugueses que vieram ter no Brasil, com relação aos trabalhos manuais.

Para Carvalho Franco (1997), a pretensão de reunir fortuna, de muitos portugueses, que vieram para o Brasil, nos primórdios, não se limitava à simples busca por obter um tipo qualquer de afluência material. De fato, conforme relata a referida autora: “Por aqui, o lema é: Se podes ganhar dinheiro, faça-o a qualquer custo” (1997, p. 203). Neste particular, convém atentar para alguns trechos da obra de outro estudioso, a saber, Delden Laërne citado por Franco (1997, p. 170), expostos a seguir:

Ganhar dinheiro era o único *motto*, a única palavra de ordem. A maneira de ganhá-lo era deixada à consciência de cada indivíduo. Reconhecendo-se que alguns ganharam-no com o suor do rosto, fala-se que a principal fonte de riqueza de outros foi o contrabando de escravos, e que outros ainda fizeram suas fortunas em poucos anos com a importação de farinhas adulteradas e imagens ocas de santos recheadas de notas falsas.

Veja-se o perfil de carreira de um desses magnatas: português de nascimento, começou com moço de recados em loja do Rio de Janeiro, recebeu ajuda de um rico protetor para estabelecer-se por conta própria e por meio de vários negócios, inclusive o comércio de escravos, tornou-se fazendeiro abastado. Era suspeito de dever sua fortuna a meios ilícitos, o que ‘acontece em muitos casos no Brasil, onde existe mesmo um provérbio malicioso que diz: Quem furtou pouco fica ladrão, quem furtou muito, fica barão, o que bem ilustra o pensamento do povo.

É conveniente observar também que tal impressão, segundo outro autor, Von Tschudi (apud FRANCO, 1997), não se restringiu aos círculos populares, como podemos confirmar em excerto abaixo:

[...] A opinião dos homens de categoria não era diferente. ‘É triste confessar que grande parte dos nossos homens abastados adquiriram suas fortunas por meios desonestos, no norte, por assassinatos, no sul,

---

<sup>8</sup> T. von Leithold; L. von Rango. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1966. p. 31.

por furtos e estelionatos. Por mais duro que seja este juízo, duvido que um brasileiro amigo da verdade o possa contestar<sup>9</sup>.

Retomando a análise da relação entre à existência de um sistema que sancionava a escravidão, por um lado, e o sentimento de desdém e desprezo canalizado para os trabalhos manuais / braçais, parece-nos possível que o regime escravo tenha contribuído fortemente para exacerbar a aversão dirigida àquelas atividades de índole mais mecânica. Concomitantemente, e considerando as especificidades do contexto, ele – regime escravo - também concorreu para inibir a propensão a um esforço de cooperação e de organização (disciplinada e constante) dos cidadãos em torno de causas coletivas. Realmente, e no dizer de Holanda (1995), em sociedades de cunho nitidamente patriarcal e personalista como a nossa, é visível, como observado, que a associação dos indivíduos frequentemente se desse em prol de interesses de alguns grupos e, raramente a favor de ideias que tivessem um foco direcionado para a coletividade. Essa concepção é descrita com maestria, em trecho de Holanda (1995, p. 32), no qual ele salienta “[...] a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos”. Mais adiante, observa-se novamente, em sua obra “Raízes do Brasil”, este sentimento de aversão à atividade laboral, o qual o referido autor traduz de maneira magistral, como veremos a seguir: “Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (1995, p. 32). Adicionalmente, e com a intenção de enriquecer, com mais exemplos, o argumento que sustenta a dificuldade, existente em nossas terras, desde os primórdios, para empreender esforços conjuntos, destacamos a seguir, outra reflexão elaborada por Holanda (1995, p. 33).

As iniciativas [...] foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de se refrearem as paixões particulares momentâneas, só raras vezes da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas.

Vem daí, muito provavelmente, a dificuldade identificada, sobretudo em certas circunstâncias, com respeito ao desenvolvimento, em terras brasileiras, de projetos que demandem espírito de empreendimento coordenado e disciplinado, voltados para a coletividade, os quais não resultem em ganhos imediatos aos seus integrantes diretos.

---

<sup>9</sup>Cf. Von Tschudi, 1953, p.78-80, citado por Carvalho Franco (1997, p. 171).

Convém destacar, no entanto, que a visão de solidariedade que aqui se pretendeu discutir nada tem a ver com o sentimento de comoção – o qual frequentemente se assiste entre nós -, que mobiliza grupos, no sentido de socorrer o(s) vizinho(s) ou o(s) amigo(s), em face de adversidades. De fato, como tais comportamentos são comumente observáveis em nossa vida social, podemos até, num primeiro momento, ser levados a duvidar da consistência do argumento de Buarque de Holanda (1995, p. 182). Todavia, vale atentar, especialmente no que tange aos casos acima aventados, que os mesmos não podem ser equiparados a exemplos de associações inspiradas na solidariedade “despessoalizada”. Em outras palavras, parece-nos inegável que a ajuda oferecida em situações que envolvem amigos, vizinhos ou entes próximos é antes motivada pela existência de vínculos afetivos e de sentimentos pessoais, estando sujeita, portanto, as nossas predileção e escolha, características estas que se alinham e se aproximam do conceito de facção<sup>10</sup>.

A partir do entendimento do cenário acima descrito, tornou-se mais fácil vislumbrar as motivações que orientaram o tratamento historicamente conferido à gestão da coisa pública no Brasil, a qual, segundo Buarque de Holanda (1995), foi frequentemente abordada / tratada como assunto de interesse particular. Esse traço também é observado por Franco, como podemos conferir em trecho reproduzido a seguir:

A pobreza inicial teve seu papel nesse estado de coisas, contribuindo para que a vida privada se prolongasse para dentro da vida pública, mantendo, também nesta, a dominação pessoal. Nessas condições, o serviço do Estado fez-se com agentes que detinham de fato os meios da administração, fundindo-se, de forma equívoca, a nosso ver, o patrimônio estatal e a propriedade privada, e superpondo-se autoridade oficial e influência pessoal. (1997, p. 236).

Dito de outra forma, e de acordo com Buarque de Holanda (1995, p. 137), um dos traços que nos distingue de outros povos, sobretudo dos anglo-saxões, é sem dúvida:

---

<sup>10</sup> Segundo Buarque de Holanda (1995), as facções se espelham especialmente nas famílias de estilo patriarcal, movidas sobretudo pelos vínculos biológicos e afetivos, os quais aproximam os descendentes, os colaterais, além de toda a sorte de agregados e afins, do chefe. Assim, e diante da ampliação do círculo familiar, em face da inclusão de elementos ligados por vínculos afetivos, além dos de sangue, “dilata-se” a família, e conseqüentemente, a autoridade do chefe da família. Neste contexto, são os sentimentos, ao invés das ideias, que geralmente preponderam sobre as demais considerações. Ademais, resta óbvio que o espírito de facção é a base na qual se assenta a formação do círculo familiar e o fortalecimento do pátrio poder, concorrendo adicionalmente, para respaldar a ação deste último. Com efeito, neste contexto, e segundo interpretação de Buarque de Holanda (1995), é facultado ao grupo familiar desprezar alguns princípios superiores que venham a perturbá-lo, dada a premissa de que a entidade privada e seus interesses podem prevalecer em face da entidade pública.

[...] certa incapacidade [...] de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, com o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade.

### **Considerações Finais**

Em realidade, as ponderações elencadas no decorrer deste trabalho nos autorizam a concluir sobre a significativa dimensão das barreiras existentes, em nosso país, para a plena incorporação da noção de Estado Moderno. Assim, e considerando que a noção de Estado Moderno repousa na dissociação dos fundos públicos dos recursos privados, na crença na existência de normas gerais - as quais **todos** os cidadãos estão submetidos -, além da convicção da necessidade do imprescindível exercício impessoal das funções públicas, nada mais natural, diante do que descrevemos, que o aludido conceito – Estado Moderno – ainda se encontra em processo de assimilação nestas sociedades.

Dito de outra forma, percebe-se claramente, que a maioria dos traços e características marcantes da nossa colonização concorreram para a criação e enraizamento de um ambiente propício à disseminação daquilo que Franco (1997) denomina de “toda a sorte de favoritismos à parentela e às amizades”. Com efeito, segundo Franco (1997), tal configuração, por seu turno, reforçou sobremaneira, “a demarcação pouco nítida entre as atividades privadas e públicas” (1997, p. 137), favorecendo a difusão de práticas de coronelismo e nepotismo, sendo estas últimas, um fenômeno ainda presente no contexto atual.

Deste modo, e com base nestas considerações, é compreensível - na ótica de Carvalho Franco (e de outros autores mencionados ao longo deste artigo) -, que o agente público, no Brasil, se comportasse, desde as origens da formação da sociedade brasileira, como uma espécie de “funcionário patrimonial”, em face do “embaralhamento” entre as funções públicas e os propósitos privados. De fato, ao se atentar para a representação prevalecente no imaginário brasileiro do ente “Estado” - desde os primórdios da nossa formação - e mesmo durante muito tempo ao longo da nossa história, destaca-se a imagem de um ente distante e desmaterializado.

Consequentemente, não nos causa espanto que a escolha dos homens que viessem a exercer funções públicas, no âmbito do aparelho estatal brasileiro, fosse permeada, como já sugerimos, por uma ética de fundo emotivo, em oposição a toda e

qualquer modalidade de racionalização. Em outras palavras, não se pode perder de vista, em face dos princípios que regeram uma sociedade tal e qual a brasileira - isto é, impulsionada fortemente, pela confiança pessoal -, que era natural que o processo de escolha dos gestores públicos não fosse orientado preferencialmente, por uma análise impessoal de suas capacidades e habilidades.

Como desdobramento dessas tendências, é notório, de acordo com Buarque de Holanda (1995) e Franco (1997), que aqui o agente público se inclinasse tradicionalmente, a ser mais fiel aos interesses originários do seu meio social - relacionados aos laços de afeto e de sangue - do que àqueles representados pela entidade estatal<sup>11</sup>. Por conta disso, e em face desta configuração, também nos parece razoável inferir que os empreendedores privados que viessem a estabelecer qualquer tipo de negócio em terras brasileiras tivessem a expectativa de contar com certa “benção” estatal para prosperar, e isto significava, dentre outras aspirações, ter acesso a tratamento diferenciado, que pudesse se traduzir em “benefícios e facilidades”.

Em suma, na medida em que procedemos às análises dos diversos estudos aqui elencados, tornou-se mais facilmente compreensível, a lógica prevalecente que inspirou a trajetória da sociedade brasileira, desde os primórdios, a qual se assentou muito frequentemente:

- a) Na parcialidade do Estado em favor das elites, buscando frequentemente, “acomodar” os seus múltiplos interesses;
- b) No triunfo do particular sobre o geral e na resistência à separação entre o público e o privado;
- c) Na rejeição à orientação de que princípios e leis abstratas devem servir de referências para o funcionamento e para a administração das instituições e das relações sociais (ao invés de laços de afeto e de sangue), sendo claro que tal rejeição, por seu turno, fomentou fortemente nosso viés autoritário;
- d) Na notória captura do Estado pelos interesses privados, associados em regra, aos grupos mais poderosos;

---

<sup>11</sup> Ao pensar o conceito de Estado e sua representação para os latino-americanos, Buarque de Holanda (1995, p. 183) constrói a seguinte metáfora, a qual, em nossa opinião, expressa com fidelidade e clareza o espaço ocupado pela entidade estatal no imaginário dos povos da região: “A ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina”.

- e) Desdém e desprezo direcionados às atividades laborais (sobretudo, trabalhos braçais e manuais), bem como direcionados àqueles que desempenhavam tais atividades.

Consequentemente, nada mais natural do que relacionar estas orientações aos já mencionados traços, tais como: a relativa frouxidão das nossas instituições, a vacilante coesão da nossa sociedade, a nossa histórica insensibilidade para com a desigualdade social, tanto quanto a nossa notória repulsa com relação às atividades laborais (notadamente dirigida ao trabalho braçal/manual), e questionar em que medida essas características impactam a disseminação e o enraizamento de noções e valores que estimulam o fenômeno do empreendedorismo, no âmbito do contexto brasileiro. Neste particular, vale lembrar que somos reconhecidamente, um dos povos mais empreendedores do mundo, rivalizando com os americanos, por exemplo. Todavia, e diante das reflexões aqui apresentadas, é razoável pensar que tenhamos estilos e visões diferentes sobre a atividade empreendedora e sobre a forma de estabelecer e conduzir negócios.

Adicionalmente, e partindo da suposição de que a consolidação do empreendedorismo, como prática, é um processo que abarca várias gerações - cada uma delas dignificando as experiências, saberes e conhecimentos elaborados pelas gerações anteriores -, entendemos ser necessário refletir sobre as possíveis distorções que podem ser eventualmente produzidas, em virtude de não se considerar as características singulares do contexto brasileiro, relatadas ao longo deste artigo. Neste particular, nossos temores estão voltados para os riscos de que eventuais análises sobre o fenômeno do empreendedorismo, no Brasil, possam não atentar para as peculiaridades aqui abordadas, e assim, incorporar elementos e teorias estranhos a nossa realidade, dando origem a diagnósticos e teorias desconectados de nosso contexto.

Por conta disso, reiteramos a importância de se buscar desvendar o impacto de determinados processos históricos, bem como de melhor conhecer as condições singulares de nosso desenvolvimento econômico-sócio-político, tanto quanto a necessidade de refletir mais profundamente sobre certas motivações que permearam a articulação dos diversos autores, que passaram a integrar a sociedade brasileira, no decorrer de sua trajetória. De fato, acreditamos que só assim será possível evitar as já mencionadas análises superficiais e equivocadas do fenômeno do empreendedorismo brasileiro.

## **Referências**

- ANGELO, E. B. O. O empreendedorismo. In: BRITTO, F., WEVER, L. **Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- ASSIS, M. Teoria do Medalhão. In: \_\_\_\_\_. **Contos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996. p. 7 –20.
- BARROS, B. T.; PRATES, M. A. S. **O estilo brasileiro de administrar**. São Paulo: Atlas, 1996.
- BARTHOLO, R., NETO, B. S., DELAMARO, M. C. Empreendedorismo à brasileira e alguns pontos cegos dos cânones da recepção da obra de Max Weber. In: **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2005. p. 21-41.
- BHIDÉ, A. **The origin and evolution of new business**. New York: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. How entrepreneurs craft strategies that work. **Harvard Business Review on Entrepreneurship**. Boston, p. 57-88, 1999.
- \_\_\_\_\_. The questions every entrepreneur must answer. **Harvard Business Review on Entrepreneurship**. Boston, p. 1-28, 1999.
- CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CALDEIRA, J. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.
- DaMATTA, R. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Sala, 1984.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- FILION, L. J. From entrepreneurship to entrepreneurship. USASBE annual national conference entrepreneurship. 1997, San Francisco, **Anais...San Francisco**, 1997.
- FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1943. V. 1 e 2.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KARASCH, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Pernambuco: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.
- LEITHOLD, T.; RANGO, L. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1966.
- LOPEZ, A.; MOTA, C. G. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: SENAC, 2008.
- LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma viagem de dez anos, de 1808 a 1818**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- LUSTOSA, I. D. **Pedro 1: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- McCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva: realização e progresso social**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- MARCOVITHC, J. **Pioneiros & Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005

- MELLO, E. C. **O nome e o sangue**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983
- \_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992
- SOUZA, E. C. L de. Empreendedorismo: da gênese à contemporaneidade. In: **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2005. p. 3-20
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2003
- \_\_\_\_\_. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009
- WILCKEN, Patrick. **O império à Deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. São Paulo: Editora Objetiva, 2005